

7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais

Uma análise temática das recomendações de 48 comissões globais desde de 1º de janeiro de 2016 ajudou a:

- entender a lacuna entre onde estamos e onde precisamos estar no uso de evidências para responder aos desafios sociais, pelo menos do ponto de vista dos membros de alto nível das comissões globais;
- melhorar a estrutura das recomendações da Comissão de Evidências e identificar novas ideias que ajudariam a preencher essa lacuna;
- identificar as recomendações da Comissão de Evidências que estão alinhadas com as recomendações de outras comissões globais.

Os principais achados são apresentados de forma resumida no infográfico a seguir e, então, desenvolvidos abaixo e na [seção 7.3](#).



1.460 recomendações foram feitas, muitas delas abordaram os “mecanismos de alavancagem” necessários para provocar mudanças

- Esses mecanismos de alavancagem incluem uma estrutura estratégica aprovada por uma cúpula global – acompanhada por um programa de ação -, medidas voluntárias como as diretrizes, abordagens de monitoramento e melhoria, mecanismos de planejamento e financiamento, assistência técnica e financeira, novos pontos focais dentro ou envolvendo instituições existentes, e tratados juridicamente vinculativos



242 recomendações abordaram a oferta de evidências (*Capítulo 4*)

- A maioria dessas recomendações preconizou o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para (mas não o mesmo que) a análise de dados como uma forma de evidências
- Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de novas evidências, como novas avaliações, mas não a melhoria da relação sinal / ruído no fluxo de tais evidências, com melhor uso dos estoques de evidências existentes, ou a combinação de diversas formas de evidências



94 recomendações descreveram o contexto em que funcionários de governos, líderes de organizações, profissionais e cidadãos tomam decisões (*Capítulo 3*)

- Apenas ocasionalmente algumas dessas recomendações se referiram a como alguns desses tomadores de decisão poderiam ou deveriam usar as evidências para responder aos desafios sociais



50 recomendações abordaram os intermediários de evidências (*Capítulo 5*)

- Geralmente, essas recomendações preconizaram que o Sistema da ONU aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros)
- Raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis



28 recomendações abordaram os bens públicos globais e as capacidades distribuídas (*Capítulo 6*)

- Algumas comissões globais propuseram um fortalecimento do papel desempenhado pelo Banco Mundial no apoio aos bens públicos globais
- Praticamente não houve menção aos bens públicos relacionados a evidências ou uma adequada divisão do trabalho entre os níveis (p. ex., no Sistema da ONU) em que a capacidade para o uso de evidências é necessária



10 recomendações se referiram a como entendemos a natureza dos desafios sociais e abordagens para responder a esses desafios (*Capítulo 2*)

- Essas poucas recomendações abordaram maneiras de estruturar um desafio social para que haja mais possibilidades de gerar ações, e maneiras de responder aos desafios sociais para que as ações tenham maior probabilidade de causar impactos

Entre janeiro de 2016 e setembro de 2021, 48 comissões globais publicaram 70 relatórios (sendo um deles um relatório provisório) e fizeram 1.460 recomendações, para uma média de 30 recomendações por comissão e 21 recomendações por relatório. A lista completa dos relatórios pode ser encontrada no **apêndice 8.1**.

As recomendações de comissões globais alinhadas com o foco do relatório da Comissão de Evidências, geralmente, abordaram a oferta de evidências (i.e., 242 recomendações dialogaram com o capítulo 4). A maioria dessas recomendações preconizou o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a análise de dados como uma forma de evidências, porém:

- pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento;
- parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade;
- não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão.

Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram um tendência a propor o aumento do fluxo de novas evidências, como novas avaliações, e não a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências, com o melhor uso dos estoque de evidências existentes, ou a combinação de diversas formas de evidências. Algumas comissões globais recomendaram avaliações, incluindo cinco que propuseram explicitamente a avaliação do que funciona, e algumas que propuseram a avaliação de impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais. Poucas comissões globais recomendaram pesquisas do comportamento / de implementação, apesar de, por vezes, proporem campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos que se beneficiariam de tais pesquisas. Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como a modelagem, informações qualitativas, sínteses de evidências e diretrizes, para responder aos desafios sociais em que se concentraram.

O segundo grupo mais comum de recomendações das comissões globais descreveu o contexto em que funcionários de governos, líderes de organizações, profissionais e cidadãos tomam decisões (94 recomendações dialogaram com o capítulo 3). Apenas ocasionalmente algumas dessas recomendações se referiram a como alguns desses tomadores de decisão poderiam ou deveriam usar as evidências para responder aos desafios sociais.

A maior parte dessas 94 recomendações propôs que os formuladores de políticas governamentais usassem instrumentos de política específicos ou estruturas e processos específicos para responder a um desafio social. Uma parcela menor propôs que líderes de organizações – em especial os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social, que os profissionais abordassem os desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, e que os cidadãos desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais.

O terceiro grupo mais comum de recomendações das comissões globais abordou os intermediários de evidências (50 recomendações dialogaram com o capítulo 5). Geralmente, essas recomendações preconizaram que o Sistema da ONU aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), e que o Sistema da ONU e outros “intermediários” usassem tipos específicos de estratégias para apoiar os formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão na resposta aos desafios sociais. Raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis e estratégias.

Os bens públicos globais e as capacidades distribuídas foram ainda com menos frequência objeto das recomendações das comissões globais (28 recomendações dialogaram com o capítulo 6). Algumas comissões globais recomendaram o fortalecimento do papel desempenhado pelo Banco Mundial no apoio aos bens públicos globais e também um suporte para os bens públicos globais como a Internet. No entanto, praticamente não houve menção aos bens públicos relacionados a evidências ou uma adequada divisão do trabalho entre os níveis em que a capacidade para o uso de evidências é necessária (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem fazer melhor).

Aperfeiçoar a forma como entendemos a natureza dos desafios sociais e as abordagens para responder a esses desafios foi o foco menos frequente das recomendações das comissões globais (10 recomendações dialogaram com o capítulo 2). Essas poucas recomendações se referiram a maneiras de estruturar um desafio social para que haja mais possibilidades de gerar ações, e maneiras de responder aos desafios sociais para que as ações tenham maior probabilidade de causar impactos. Também se referiram à previsão e às inovações como sendo domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.

Os achados mais detalhados da nossa análise temática das recomendações de comissões globais são apresentados no anexo no final deste capítulo ([seção 7.3](#)). Os achados começam com os mecanismos de alavancagem necessários para provocar mudanças – uma série de medidas e mecanismos que poderiam ser considerados na elaboração de recomendações como as da Comissão de Evidências. Apenas alguns desses mecanismos foram objeto de sínteses de evidências sobre sua eficácia. Os demais achados estão organizados pelo enfoque de cada capítulo deste relatório.

Algumas observações adicionais da nossa análise dos relatórios de comissões globais incluem:

- um relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos em nossas recomendações) como uma próxima etapa necessária para apoiar o uso de evidências: o Secretário-Geral da ONU deve estabelecer expectativas claras para todas as partes do Sistema da ONU sobre o uso de evidências, exigir que as agências e entidades relevantes da ONU esboquem planos institucionais sobre como desenvolverão capacidades internas e intensificarão seu engajamento no uso de evidências, e trabalhar para melhorar o acesso dos estados-membros a um suporte técnico previsível que seja baseado em evidências e que fortaleça sistemas de suporte de evidências nacionais (Painel de alto nível sobre deslocamento interno);
- outro relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos) sobre apoiar o uso de evidências com cautela: os financiadores devem alinhar seu apoio às estratégias dos países para seus sistemas de suporte de evidências nacionais, e evitar o financiamento de uma infinidade de iniciativas verticais ou de pequena escala (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS);
- um relatório usou evidências para se referir a evidências judiciais, não evidências de pesquisa (Painel de alto nível de *experts* jurídicos sobre liberdade de imprensa);
- um relatório abordou a equidade, enfatizando a importância de levar em consideração as relações e hierarquias transversais (intersectoriais) (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição);
- um relatório propôs utilizar conhecimento indígena e local no desenvolvimento de estratégias baseadas na comunidade (Painel de alto nível sobre responsabilidade financeira internacional, transparência e integridade para alcançar a agenda 2030);
- um relatório específico para a COVID-19 foi uma oportunidade perdida para propor a incorporação de muitas formas de evidências, bem como um sistema de suporte de evidências, em todos os aspectos da nova arquitetura global proposta para preparação e resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia);
- muitos relatórios incluíram recomendações que recorreram às cores associadas à sua área de foco (p. ex., laços verdes para o meio ambiente, fundos azuis para água, e listas vermelhas para espécies ameaçadas) ou para sinalizar ações desejadas (p. ex., parar de fazer coisas em uma lista vermelha);
- alguns relatórios usaram formatos para suas recomendações que foram úteis na elaboração das recomendações da Comissão de Evidências (Painel de alto nível sobre o deslocamento interno; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS).